

Carta Parlamentar em Apoio à Presidência Brasileira da COP30

Brasília, Brasil, 16 de junho de 2025

A Vossa Excelência Embaixador André Corrêa Aranha do Lago
Presidente da COP30,

Nós, parlamentares da República Federativa do Brasil abaixo-assinados, participantes e colaboradores do Observatório Parlamentar de Mudanças Climáticas e Transição Justa (OPCC), expressamos nosso firme apoio à realização da 30^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) no Brasil, bem como à liderança brasileira na presidência da Conferência, e conclamamos nossos colegas, senhoras e senhores representantes, congressistas, deputados e senadores, autoridades conferidas aos atos legislativos da América Latina e do Caribe, a assinarem esta carta.

A COP30 será realizada em novembro de 2025, na cidade de Belém, no estado do Pará. Esta será a primeira vez que uma Conferência das Partes acontecerá na Amazônia, bioma fundamental para o equilíbrio climático global e símbolo dos desafios, mas também das soluções para uma transição ecológica justa. A escolha de Belém é estratégica, ao colocar em evidência os povos originários, as comunidades tradicionais e os grupos mais vulneráveis aos impactos da mudança climática. Nesse sentido, reconhecemos a importância de que as negociações da 30^a edição da COP priorizem um modelo de desenvolvimento que harmonize justiça social e sustentabilidade, com especial atenção às necessidades e realidades do Sul Global.

Cientes dos desafios geopolíticos, socioeconômicos e ambientais que vivemos, confiamos que a COP30 tem o potencial de marcar um ponto de virada, fortalecendo a confiança internacional nos mecanismos multilaterais de negociação e implementação de acordos e tratados internacionais, impulsionando transformações estruturais e renovando o compromisso com a justiça climática, como eixo de um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico. Por isso, apresentamos nosso endosso à realização da tão necessária e urgente Conferência das Partes no Brasil, celebrando a oportunidade de nosso país reassumir um papel de liderança global na luta contra a crise climática.

O papel dos legisladores no enfrentamento da crise climática é essencial para transformar compromissos e metas internacionais em ações concretas, legítimas e sustentáveis, por meio de leis e normas no âmbito nacional e subnacional.

Como representantes diretos de nossos povos, temos a responsabilidade de legislar, fiscalizar e debater soluções que promovam o desenvolvimento produtivo sustentável, a proteção dos ecossistemas e os direitos das populações mais vulneráveis. Cabe-nos assegurar a coerência e a articulação das políticas públicas, aprovar marcos legais ambiciosos e assegurar que os compromissos climáticos internacionais sejam incorporados de forma eficaz nas legislações nacionais e subnacionais.

Entendemos como muito oportuno o momento de uma COP guiada pelo Cruzeiro do Sul, isto é, pela luz que emerge do Sul do globo. A presidência brasileira da COP30 representa uma oportunidade histórica para dar voz aos países latino-americanos e caribenhos nas negociações internacionais sobre o clima, fortalecendo uma perspectiva que valorize a diversidade de realidades, saberes e soluções do Sul global. Nossos países e territórios compartilham desafios estruturais comuns, como o enfrentamento da pobreza, das desigualdades e da degradação ambiental. Reconhecemos que a agenda climática precisa estar no centro de uma estratégia de desenvolvimento que integre a região e seja sustentável, justa e inclusiva.

Acreditamos que a COP30 deve ser uma plataforma para fortalecer a voz dos parlamentos da América Latina e do Caribe no debate global sobre mudança do clima. Neste momento, é preciso demonstrar que a nossa região está comprometida com a implementação do Acordo de Paris, com o financiamento climático adequado aos desafios, com a promoção de uma transição energética justa e com o combate às desigualdades sociais que agravam a vulnerabilidade climática.

Nesse sentido, compreendendo a crescente centralidade dos parlamentos na implementação e fiscalização dos compromissos climáticos, já reconhecida pelo Acordo de Paris, e contando com iniciativas que a reforçam, aproveitamos a oportunidade para requerer a formalização de uma "Constituency" Parlamentar enquanto grupo temático oficializado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

Respondendo, então, à convocação da presidência brasileira da COP, nós parlamentares nos unimos ao mutirão global, apoiando essa mobilização à ação que integra diferentes vozes, territórios e experiências no enfrentamento da crise climática.

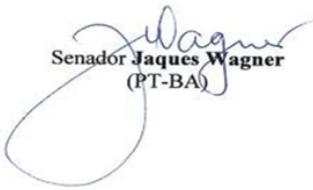
Desta forma, reafirmando nosso compromisso com uma transição justa e sustentável e nos engajando ativamente na construção coletiva da moldura global do mutirão, temos a honra de realizar a II Cúpula Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa, nos dias 6 e 7 de agosto de 2025, em Brasília, organizada pelo Observatório Parlamentar de Mudança do Clima e Transição Justa (OPCC), pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal do Brasil.

O propósito dessa reunião de legisladores de toda a região da ALC é debater prioridades legislativas rumo à COP30 e manifestar nossas visões e compromissos com vistas à agenda de implementação proposta pela presidência da COP30.

Sabemos que a construção de soluções duradouras e eficazes para a crise climática passa pela união de esforços e pelo diálogo entre instituições democráticas. Confiamos, então, que a COP30 pode e deve ser um marco para a ação coordenada dos parlamentos latino-americanos e caribenhos em favor do futuro comum de nossas sociedades.

Convidamos, portanto, os(as) parlamentares da América Latina e do Caribe a assinarem esta carta de apoio à presidência brasileira da COP30 e de conclame ao fortalecimento da atuação legislativa em defesa da justiça climática, da democracia ambiental e do desenvolvimento sustentável da nossa região.

Com nossa elevada consideração e nosso apoio,



Senador **Jaques Wagner**
(PT-BA)

Senador

Jaques Wagner
Senado Federal
República Federativa do Brasil
Co-fundador do OPCC



Deputada Célia Xakriabá
Câmara dos Deputados
República Federativa do Brasil
Co-Titular do OPCC



Senador Fabiano Contarato
Senado Federal
República Federativa do Brasil
Titular do OPCC



Deputada Duda Salabert
Câmara dos Deputados
República Federativa do Brasil
Co-Titular do OPCC



Senadora Leila Barros
Senado Federal
República Federativa do Brasil
Co-Titular do OPCC



Deputado Nilto Tatto
Câmara dos Deputados
República Federativa do Brasil
Titular do OPCC

Para manifestar seu apoio e adesão, pedimos a gentileza de preencher o formulário online pelo link: <https://forms.gle/Yqn82d735q2FD2XMA>